



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ATA DA 86ª SESSÃO, EM 6 DE OUTUBRO DE 2020
SESSÃO ORDINÁRIA

Pelas catorze horas, reunidos em sessão virtual por videoconferência, sob a Presidência do Desembargador **GILSON BARBOSA DE ALBUQUERQUE**, presentes o Desembargador **CLÁUDIO MANOEL DE AMORIM SANTOS**, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, e os Juízes Carlos Wagner Dias Ferreira, Geraldo Antônio da Mota, Ricardo Tinoco de Góes, Adriana Cavalcanti Magalhães Faustino Ferreira, Fernando de Araújo Jales Costa e o Procurador Regional Eleitoral, doutor Ronaldo Sérgio Chaves Fernandes, foi aberta a sessão.

ORDEM ADMINISTRATIVA – LEITURA DE EXPEDIENTE: A Secretária da Sessão leu expediente encaminhado à Corte. Trata-se do Ofício n.º 22/2.020, da lavra do Excelentíssimo Senhor Desembargador Amilcar Maia, por meio do qual agradece pelo voto de congratulações, aprovado na 85ª Sessão. **Comunicações e proposições:** Com a palavra, (1) o **Desembargador Cláudio propôs** mais divulgação do trabalho da Corte Eleitoral potiguar à população por meio da Assessoria de Comunicação (Ascom); (2) por oportuno, o **Desembargador Gilson Barbosa comunicou** a inauguração das novas instalações da Ascom – evento simples/simbólico, sem aglomeração. Todos os membros e o Procurador Regional Eleitoral parabenizaram a Presidência pela atenção dedicada à comunicação institucional com o público em geral. (3) O **juiz Ricardo Tinoco divulgou** evento da Escola Judiciária Eleitoral (EJE); (4) a **juíza Adriana Magalhães comunicou** mais uma reunião da Comissão de atenção à saúde de servidores e magistrados; e (5) o **Procurador Regional Eleitoral**, doutor Ronaldo Chaves, **informou** contato permanente com o Promotor Eleitoral de Pedro Velho em razão dos últimos acontecimentos naquela cidade e **propôs** mais atenção à Zona Eleitoral da localidade quanto à presença de forças federais. Em resposta, o **Presidente**

Gilson Barbosa consignou atenção e destaque àquela unidade eleitoral; e o **Corregedor Cláudio Santos registrou** atenção ao caso e a possibilidade de deslocamento ao local para providências adicionais. **JULGAMENTOS – RECURSO ELEITORAL Nº 0600071-19.2020.6.20.0023**. Origem: Ouro Branco-RN. Relator Original: Cláudio Manoel de Amorim Santos. Resumo: propaganda política - propaganda eleitoral - extemporânea/antecipada. Recorrente: Maria de Fátima Araújo da Silva, Justino Gomes Neto e Samuel Oliveira de Souto. Recorrido: Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB - Municipal (Ouro Branco / RN). Sustentação oral: O Advogado Thiago Cortez Meira de Medeiros realizou sustentação oral. **ANOTAÇÃO**: Após o voto do relator, pelo provimento parcial do recurso, no que toca ao valor da multa, tendo sido acompanhado pelos Juízes Ricardo Tinoco, Carlos Wagner e Adriana Magalhães, bem como, com ressalvas, pelo Juiz Geraldo Mota, pediu vista dos autos o Juiz Fernando Jales. **PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0600077-32.2019.6.20.0000**. Origem: Natal-RN. Relator Original: Ricardo Tinoco de Góes. Resumo: partido político - órgão de direção estadual. prestação de contas - de exercício financeiro. requerente: progressistas - PP - Regional (RN). Responsável: Carlos Alberto de Sousa Rosado e José Raimundo de Oliveira Junior. **ANOTAÇÃO**: O relator informou que retirou o processo de pauta. **RECURSO ELEITORAL Nº 0600008-98.2020.6.20.0053**. Origem: Sítio Novo-RN. Relator Original: Adriana Cavalcanti Magalhães Faustino Ferreira. Resumo: prestação de contas - de candidato. Contas - não apresentação das contas. Recorrido: Uesclay Carneiro da Silva. Recorrente: Ministério Público Eleitoral. **DECISÃO**: O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, à unanimidade de votos, em consonância com o parecer do Ministério Público Eleitoral, **rejeitou** as preliminares suscitadas pelo recorrente e recorrido; no mérito, **conheceu e deu provimento** ao recurso interposto pelo Ministério Público Eleitoral para reformar a decisão que determinou a expedição de certidão de quitação eleitoral em favor de Uesclay Carneiro da Silva, garantindo-se, desta forma, a preservação da autoridade de sentença transitada em julgado prolatada nos autos do processo de nº 495-59.2016.6.20.0053, mantendo-se o recorrido impedido de obter certidão de quitação eleitoral até o final da atual legislatura,

U:\SJ.CADPP.SACT\3. ATAS\2020\Ata 86 - 6.10.2020.doc

Doutor Ronaldo Sérgio Chaves Fernandes
Procurador Regional Eleitoral